



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

1. ABERTURA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas dezanove horas e trinta e oito minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Gabinete da Presidente

1. Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, e Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro)

B. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. – Proposta de alteração do preçário da Praia das Rocas e da Villa Praia
- 1.2. Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. - Cedência do auditório da Praça da Notabilidade com isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.3. Juventude Social Democrata de Castanheira de Pera – Pedido de cedência do auditório da Praça da Notabilidade e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.4. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera – Atribuição de apoio financeiro
- 1.5. Cruz Vermelha Portuguesa – Proposta de Protocolo de Parceria no âmbito do Projeto Fénix
- 1.6. Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera – Desfile de Carnaval 2019 – Pedido de encerramento de parque de estacionamento
- 1.7. Maria José de Jesus Rebelo Ramos – Pedido de ocupação subterrânea da via pública
- 1.8. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Centro Básico de Formação de Futebol - Pedido de colaboração no âmbito de Processo de Certificação junto da Federação Portuguesa de Futebol
- 1.9. Candidaturas ao programa Portugal Inovação Social para Revitalização do Pinhal Interior – Apoio/colaboração

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Alteração ao Orçamento de 2019
- 2.4. 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano de 2019
- 2.5. 1.ª Revisão ao Orçamento de 2019
- 2.6. Plataforma SIGA – Restituição de receita proveniente de pagamentos PT PAY (Município de Cabeceiras de Basto)
- 3. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo
 - 3.1. Pedidos de confirmação do estado de ruína de imóveis
 - 3.2. Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes, afetadas pelo incêndio de junho de 2017 – Apreciação de requerimentos
- 4. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais
 - 4.1. Empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta)/ Incêndios 2017” – Ratificação de despacho de anulação do procedimento
 - 4.2. Projetos de execução no âmbito dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES

Foram presentes as atas n.ºs 23/2018, 1/2019 e 2/2019, respeitante às reuniões de 14 de dezembro de 2018, 11 de janeiro e 24 de janeiro de 2019, respetivamente, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração às mesmas.

Verificando-se por parte dos Srs. Vereadores António Antunes e Gonçalo Lopes uma sugestão de alteração às atas n.ºs 1/2019 e 2/2019, as mesmas foram consideradas, tendo a Sra. Presidente dado instruções para o efeito.

Não se registando mais observações, a Sra. Presidente submeteu as referidas atas a votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Foram presentes pela Sra Presidente as seguintes informações:

- Em face da publicação do Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro, alterando o disposto no Decreto-Lei n.º 124/2016, de 28 de junho, foi publicitado edital alertando a população para as regras aplicáveis à realização de queimas e queimadas.
- No âmbito do programa Praia Saudável 2019, promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente, foi submetida candidatura para a atribuição de equipamentos de acessibilidades para a Praia Fluvial do Poço Corga.
- Foi remetida informação à Agência Portuguesa do Ambiente, dando a indicação de que se pretende que a época balnear de 2019 no concelho se inicie a 01 de junho e termine a 15 de setembro.
- Foi estabelecido acordo com os proprietários da parcela de terreno necessária à correção da curva das Fontes (EM 518), tendo-se já dado início aos trabalhos naquele troço.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Em complemento às informações elencadas, a Sra. Presidente informou que no passado dia 12 e 13 de fevereiro participou num fórum de Políticas Públicas organizado pelo ISCTE em parceria com a Assembleia da República cujo tema incidia sobre a descentralização e reorganização do estado.

Informou também que, na semana passada, decorreu uma reunião na CIMRL referente à empresa intermunicipal, pedindo ao Sr. Vereador Nuno Tomás que prestasse informações adicionais sobre esta matéria.

Nesta senda, o Sr. Vereador Nuno Tomás informou que o que se está a delinear é o processo de transição das Câmaras para a empresa intermunicipal, prevendo-se a conclusão dessa fase até ao final do ano.

A par disto informou ainda que foram remetidos para o Tribunal e Contas os últimos dados para efeitos de visto.

Prosseguindo, a Sra. Presidente acrescentou também que no passado dia 19 de fevereiro foi efetuada uma reunião nos Paços do Concelho com o CODIS de Leiria, GNR e ICNF, no sentido de se fazer um balanço sobre o ano de 2018 bem como definir estratégias para 2019.

Também neste dia ocorreu uma reunião em Alvaiázere tendo por base a discussão sobre a Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A, que determina um programa para estabelecer o número de redução de ignição gerido pelo ICNF de modo a envolver todos os agentes no sistema.

Informou que no presente dia teve lugar no concelho da Pampilhosa da Serra, uma reunião com a ADXTUR e respetivos parceiros, onde foi apresentado o plano de ação para o período de 2019/2021.

Deu conta que o Plano de Defesa Municipal da Floresta Contra Incêndios mereceu parecer desfavorável por parte do ICNF, resultado de algumas desconformidades quanto ao período de vigência 2018/2027 tendo em conta a cartografia e base de dados utilizados, inventariação e tratamento de dados gráficos, entre outros apontados em diagnóstico síntese, encontrando-se os mesmos já a ser corrigidos.

Informou que no âmbito do diploma de transferência de competências na área da saúde, a autarquia solicitou ao Centro de Saúde informação sobre as despesas inerentes àquele serviço dos últimos três anos, tendo este dado conta das mesmas, ainda que estes valores careçam de validação para posteriormente serem discutidos.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes informando que a alguns dias foi interpelado por um utente da Cercicaper apontado a precariedade de condições ao acesso de pessoas com mobilidade reduzida no edifício dos Paços do Concelho, situação esta que considera mais do que tempo de se equacionar a fim de ser encontrada uma solução para ultrapassar as barreiras arquitetónicas que o edifício tem, criando-se condições, do ponto de vista de operacionalização, de acesso aos serviços públicos.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

No uso da palavra, a Sra. Presidente informou que se está a ponderar colocar um corrimão nas escadas que permitam facilitar o acesso das pessoas ao edifício da Câmara Municipal, até porque a situação de correção dessa limitação se encontra salvaguardada no projeto para requalificação do próprio edifício.

Ainda a propósito das informações prestadas, o Sr. Vereador António Henriques pediu alguns esclarecimentos relativamente à data de encerramento da Praia das Rocas, questionando se se mantém o 15 de setembro como data limite de encerramento, e caso assim seja, considerou que esta situação deveria ser equacionada isto para manter a praia em funcionamento por um período mais alargado e até quem sabe ponderar a sua abertura mais cedo.

Referiu entender pela informação prestada que irá existir um ano de transição de processo relativamente à empresa intermunicipal em termos de visto do Tribunal de Contas e, ainda sobre o assunto referiu que pretendia esclarecimentos sobre o modo como iria funcionar no que diz respeito aos trabalhadores.

Em complemento, o Sr. Vereador Nuno Tomás informou que o Executivo está a contar com o visto do Tribunal de Contas num espaço temporal de pelo menos, no mínimo 30 dias, e que, quanto aos trabalhadores, os mesmos iriam ser informados do direito de opção, mas que, contudo, essa informação ainda se encontra em estado embrionário uma vez que a prioridade para já, é a indicação de um administrador. De qualquer forma considerou importante que houvesse interesse por parte de funcionários da Autarquia em integrar a empresa intermunicipal até porque também eles têm um conhecimento mais alargado da realidade do Concelho ao nível da rede pública

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

4. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (DECRETO – LEI N.º 20/2019, DE 30 DE JANEIRO E DECRETO – LEI N.º 22/2019, DE 30 DE JANEIRO)

Considerando:

- Que, nos termos do disposto na lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos é concretizada através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa;
- Que no dia 30 de janeiro de 2019, foram publicados os últimos quatro diplomas setoriais referentes às transferências de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, a saber:
 - o **Decreto-Lei n.º 20/2019**, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

- **Decreto-Lei n.º 21/2019**, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação;
- **Decreto-Lei n.º 22/2019**, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da cultura;
- **Decreto-Lei n.º 23/2019**, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde.
- Que, tal como consta da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais tem carácter universal e é efetuada em 2019, admitindo-se, no entanto, a sua concretização gradual até 1 de janeiro de 2021;
- Que as competências são transferidas automaticamente para os municípios caso a assembleia municipal não delibere, relativamente a cada um dos diplomas setoriais, que não pretende exercer a respetiva competência, no ano de 2019 e, caso mantenha o mesmo entendimento, no ano de 2020;
- Que no que respeita aos Decretos-Lei n.ºs 20/2019 e 22/2019, ambos de 30 de janeiro, e no que ao ano de 2019 concerne, a referida deliberação da assembleia municipal terá que ser comunicada à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) no prazo de 60 dias corridos após a entrada em vigor destes diplomas setoriais, ou seja, impreterivelmente, até ao dia 01/04/2019 (segundo informação daquela entidade);
- Que relativamente aos Decretos-Lei n.ºs 21/2019 e 23/2019, ambos de 30 de janeiro, os prazos para tomada de decisão são mais alargados, a que acresce o facto de ainda não estarem reunidas as condições para submissão dos mesmos a apreciação e decisão dos órgãos municipais;
- Considerando a deliberação tomada, por unanimidade, em reunião ordinária deste órgão realizada a 24/01/2019, relativa à transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais que se encontravam plasmadas nos diplomas setoriais já publicados à data;
Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal delibere aprovar a submissão da seguinte proposta à aprovação da Assembleia Municipal:
- Não aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais decorrentes dos Decretos-Lei n.ºs 20/2019 e 22/2019, ambos de 30 de janeiro, por considerar que, à semelhança do já invocado na deliberação de 24/01/2019 supra indicada, o Município não se encontra convenientemente preparado para o efeito devido, nomeadamente, à escassez de recursos técnicos, financeiros e humanos de que padece, facto que tem causado grandes e graves constrangimentos no desenvolvimento regular da atividade municipal, a qual, sem adicional cautela e ponderação, designadamente, no todo organizacional, poderia sofrer uma sobrecarga desmesurada com potenciais efeitos negativos na satisfação do interesse público que lhe está subjacente.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

5. PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M. – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PREÇÁRIO DA PRAIA DAS ROCAS E DA VILLA PRAIA

Através de e-mail de 04/02/2018 a Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. remeteu à Câmara Municipal proposta de novos preços a praticar na Praia das Rocas e na Villa Praia no ano de 2019, configurando uma subida relativamente aos anteriores.

A empresa justifica a proposta, argumentando, designadamente, com a subida de encargos operacionais, bem como com razões que se prendem com a competitividade e qualidade do serviço prestado, a que acresce a necessidade de proceder a uma melhor harmonização entre o preço e a sazonalidade.

Considerando relevantes os argumentos apresentados, propõe-se que, ao abrigo do preceituado na alínea h) do n.º 1 do artigo 11.º dos Estatutos da Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M., a Câmara Municipal delibere aprovar a proposta apresentada pela empresa.

DISCUSSÃO:

Da análise feita, e reiterando novamente não ter dúvidas do trabalho que o atual Administrador se encontra a fazer na empresa municipal, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu perceber o desdobramento feito ao preço comparativamente ao anterior. Verifica um aumento efetivo e se se tiver a “*tentação*” de olhar apenas para o custo por pessoa sobretudo em época alta, começa a ser caro, e em simultâneo diferenciador, do ponto de vista da bacada do PS.

Prosseguindo, considerou que aquele empreendimento não fica favorecido com uma afluência de massas “*desenfreado*” e sobrelotado que por norma causa constrangimentos a toda a gente com influência ao nível da qualidade de serviço prestado. Por outro lado, referiu que este aumento traduz a vontade de melhorar a qualidade da infraestrutura de uma forma global, contudo questionou se se vai fazer o aumento antes da execução da obra.

Atalhando, a Sra. Presidente informou que, por falta de agendamento, o Executivo ainda não tinha tido tempo de reunir com o Dr. Pedro Dinis, Administrador da Prazilândia, uma vez que segundo tem conhecimento existe um conjunto de iniciativas a levar a cabo, sendo certo que é intenção do Sr. Administrador que as alterações e melhorias a efetuar no empreendimento ocorram antes da abertura da época balnear.

No uso da palavra, o Sr. Vereador António Henriques referiu que tendo em consideração que o período da chuva ainda não ocorreu com a intensidade desejada, 3 meses para efetivar todo esse trabalho parece-lhe pouco tempo, sendo que considera, de igual forma, que esse planeamento deveria ser feito atempadamente.

Manifestou não entender como é que uma Câmara Municipal e uma empresa municipal não disponibilizam agenda para discutir assuntos desta natureza.

Em complemento da intervenção anterior, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes considerou ser de capital importância o investimento para a dinamização da



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

economia local, uma vez que, neste momento, aquele empreendimento é o grande motor para a dinamização que o Concelho precisa.

Mais referiu que não seria totalmente honesto consigo mesmo se não transmitisse ali o receio que tem quanto a “matar a galinha dos ovos de ouro” com o aumento que se propõe, pelo que e para que isto não aconteça sugere que se criem condições diferenciadoras do próprio complexo.

Nesta senda também o Sr. Vereador António Henriques deixou claro que quando se praticam determinados preços há que ter em atenção que também se deve oferecer outro tipo de serviço. Com toda a certeza que a qualidade é importantíssima, contudo a partir de determinados preços é importante que se considere outro tipo de serviços e ofertas dentro do próprio empreendimento.

Mais referiu que a dúvida com que fica é saber se se conseguem efetivar os trabalhos pretendidos no período de três meses.

Uma vez que consideraram importante a presença do Dr. Pedro Dinis na reunião de Câmara com vista a esclarecer todas as dúvidas elencadas, a Sra. Presidente da Câmara propôs que o ponto em apreço fosse retirado da ordem do dia, proposta esta que foi aceite por todos os presentes.

Não se registando mais intervenções, a Sra Presidente passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

6. PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M. – CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA PRAÇA DA NOTABILIDADE COM ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presente e-mail remetido pela Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M., solicitando a cedência do auditório da Praça da Notabilidade, no próximo dia 4 de março, a fim de realizar um workshop denominado “O Cão e a Sociedade”.

Considerando que não existem impedimentos que obstem à apreciação do pedido e reconhecendo-se o interesse social da iniciativa, com manifesta relevância para a comunidade, propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, isentando a requerente do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade.

7. JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA PRAÇA DA NOTABILIDADE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presente ofício da Juventude Social Democrata a solicitar a cedência do auditório da Praça da Notabilidade, para o dia 17 de fevereiro de 2019, a fim de realizar um debate interno da Juventude Social Democrata, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando que o referido debate visa promover o diálogo e constituição de ideias a pensar no futuro de Castanheira de Pera;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

Considerando que os atos preparatórios para realização da atividade não se coadunavam com a presente reunião, sendo necessária uma tomada de decisão em tempo útil;

Foi proferido despacho de autorização de cedência do espaço requerido, com isenção do pagamento das respetivas taxas, propondo-se, pela presente, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere a ratificação do mesmo.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade em minuta.

8. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, através de documentos rececionados em 12/02/2019, veio apresentar o Plano de Atividades e Orçamento provisório daquela associação para o ano de 2019.

Considerando o espírito de cooperação existente entre ambas as instituições;

Considerando que a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, Instituição de Utilidade Pública, desenvolve uma atividade de grande relevância na comunidade local, nomeadamente, ao nível da proteção civil e da prestação de serviços de socorro à população;

Considerando, ainda, a cabimentação existente para a atribuição de apoio financeiro, constante da informação emitida pela respetiva secção municipal;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere atribuir à entidade em apreço, para efeitos de apoio na realização de atividades constantes do respetivo Plano para o ano de 2019, um subsídio no montante total de 35.000 € (trinta e cinco mil euros), sendo 15.000 € (quinze mil euros) € afetos a despesas correntes e 20.000 € (vinte mil euros) a despesas de investimento.

Atento ao disposto no Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público, propõe-se, ainda, que a atribuição deste apoio seja formalizada mediante a outorga de protocolo, a celebrar nos termos da minuta que se anexa à presente deliberação, dela fazendo parte integrante para todos os devidos efeitos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador Nuno Tomás pediu escusa por pertencer ao órgão de direção da AHBVCP, a qual foi aceite, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

9. CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – PROPOSTA DE PROTOCOLO DE PARCERIA NO ÂMBITO DO PROJETO FÉNIX

Através de e-mail de 07/02/2019, veio a Cruz Vermelha Portuguesa remeter uma proposta de Protocolo de Parceria no âmbito do Projeto Fénix, bem como documento explicativo do mesmo.

Considerando que:

- O Protocolo de Parceria proposto advém da candidatura da Cruz Vermelha Portuguesa ao Processo de Candidatura a Financiamento Público a Projetos no



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

Âmbito do Programa Nacional para a Saúde Mental da Direção Geral de Saúde (Aviso N.º 28/2018);

- O mesmo pretende ir de encontro à prossecução dos objetivos do Programa Nacional para a Saúde Mental, no âmbito do apoio a pessoas atingidas pelos incêndios ocorridos em 2017 na Região Centro, especificamente nos concelhos afetados, Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Oliveira do Hospital, Arganil e Tábua;
- Tem como finalidade a criação de uma rede de apoio psicossocial às vítimas (e respetivas famílias) dos incêndios de 2017, em articulação formal com as equipas comunitárias de saúde mental que se encontram a atuar nessa região, e estabelecimento de redes entre os intervenientes no processo de apoio às vítimas;
- A implementação do projeto no concelho constitui uma mais-valia para a sua população, nomeadamente no que concerne aos cuidados de saúde mental e deteção e acompanhamento de pessoas e de famílias com acentuadas fragilidades sociais;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere outorgar o Protocolo em apreço, o qual visa estabelecer as bases de parceria entre a proponente e este Município no âmbito daquele projeto, nos precisos termos da minuta que se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE CASTANHEIRA DE PERA – DESFILE DE CARNAVAL 2019 – PEDIDO DE ENCERRAMENTO DE PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Presente carta do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera a solicitar autorização para o encerramento do parque de estacionamento junto ao Supermercado “Meu Super”, no âmbito da realização de um curso carnavalesco, no próximo dia 1 de março corrente.

Mais solícita que, em caso de condições climatéricas adversas, seja autorizada a utilização do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal para a realização do evento.

Presente, também, o parecer emitido pela GNR, informando que não vê inconveniente na realização da referida atividade, mediante o cumprimento de todos os requisitos elencados no mesmo.

Considerando que a atividade em causa tem já um caráter regular e se revela de grande interesse para a dinamização sociocultural do Concelho, com particular ênfase junto da comunidade escolar;

Considerando que o pedido se encontra devidamente instruído, não se verificando impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar o pedido formulado pelo requerente.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. MARIA JOSÉ DE JESUS REBELO RAMOS – PEDIDO DE OCUPAÇÃO SUBTERRÂNEA DA VIA PÚBLICA



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

Maria José de Rebelo Ramos vem requerer autorização para ocupar a via pública com um tubo subterrâneo, numa extensão de cerca de 3,00 metros, na localidade do Troviscal.

Considerando a informação/ análise técnica emitida pelo Fiscal Municipal no sentido de não existir inconveniente no deferimento do pedido, desde que sejam tidos em consideração por parte do requerente os requisitos elencados na mesma;

Considerando que, efetivamente, a passagem do aludido tubo subterrâneo não constitui qualquer constrangimento para o local indicado;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a referida ocupação da via pública, nos termos e condições constantes do requerimento e da informação do Fiscal Municipal supra mencionada, cujas cópias se anexam, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

12. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – CENTRO BÁSICO DE FORMAÇÃO DE FUTEBOL – PEDIDO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DE PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO JUNTO DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL

Através de e-mail de 06/02/2019 o Sport Castanheira de Pera e Benfica veio informar que procedeu junto da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) ao recenseamento do clube como Centro Básico de Formação de Futebol, garantindo, assim, a possibilidade de se candidatar ao processo de certificação daquela entidade.

Mais informa que um dos critérios de avaliação das candidaturas é a habilitação dos motoristas para o transporte de menores e que o Sport não possui ninguém com a habilitação necessária para o efeito, estando, inclusivamente, os transportes para treinos e jogos a ser efetuados pelo Município.

Informa, ainda, que outro critério de avaliação é o acompanhamento nutricional, evidenciando que o Sport dispõe de estratégias continuadas no sentido de promover hábitos de alimentação compatíveis com a vida de um jovem desportista.

Assim, vem o requerente solicitar a emissão de declaração que ateste que os transportes dos atletas em causa estão a ser efetuados do modo descrito (pelo Município), bem como a colaboração do Engenheiro Alimentar do Município para a elaboração dos planos alimentares dos atletas, com a outorga de protocolo que demonstre esse apoio.

Considerando a mais-valia do trabalho desenvolvido pelo Sport Castanheira de Pera e Benfica no Concelho, em particular junto das camadas mais jovens da população;

Considerando que a candidatura em causa é de relevante interesse, pois poderá possibilitar a certificação do Sport junto da FPF como Centro Básico de Formação de Futebol, com os inerentes reflexos positivos quer junto dos desportistas, quer da comunidade em geral;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere emitir declaração no sentido de atestar que é o Município que vem assegurando o transporte dos menores para treinos e jogos.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere autorizar que o Técnico Superior de Engenharia Alimentar do Município colabore com o Sport nos termos requeridos, formalizando este apoio através da outorga de protocolo.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

13. CANDIDATURAS AO PROGRAMA PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL PARA REVITALIZAÇÃO DO PINHAL INTERIOR – APOIO/COLABORAÇÃO

Presente e-mail remetido pela CERCICAPER – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera, em 20/02/2019, dando conta que a instituição se pretende candidatar ao AVISO Nº POISE- 39-2019-01 - Programa de Parcerias para o Impacto, apoiado pelo Portugal Inovação Social, com o projeto “Ervas da Vila”, a fim de expandir o seu âmbito de atuação.

Ainda no referido e-mail, a Cercicaper solicita a parceria do Município para o desenvolvimento do projeto em apreço, que entende ter tanto de ambicioso como de inovador e gerador de receitas sociais.

Considerando que a Cercicaper se propõe trabalhar no sentido da maturação da resposta de âmbito social subjacente ao projeto já indicado, que consiste em cultivar e reproduzir plantas para infusões e óleos essenciais e proceder ao aproveitamento de espécies silvestres (espontâneas) que, depois de certificados, serão comercializados, gerando receitas para a instituição que as transformará em postos de trabalho, geradores autoestima e independência pessoal, nomeadamente junto das pessoas portadoras de deficiência;

Considerando que com a presente candidatura a instituição pretende, nomeadamente, alargar a resposta a mais pessoas vulneráveis, entrar no mercado, estabelecendo parcerias com diversas entidades e criando uma lógica de produção e escoamento do produto, bem como proceder a remodelação/adaptação de um anexo das instalações do CAT;

Considerando que os ganhos a obter não se centram unicamente no campo financeiro, estendendo-se ao âmbito da inclusão social, que, aliás, assume o papel preponderante no desenvolvimento do projeto, sem prejuízo do impacto que poderá ter na dinamização da economia local;

Considerando que para instruir devidamente a candidatura ao Aviso em causa a Cercicaper necessita de investidores sociais que assegurem 30% do valor global do projeto;

Considerando as competências conferidas ao Município no âmbito da ação social e da promoção do desenvolvimento;

Considerando que o orçamento apresentado pela Cercicaper para implementação do projeto se cifra no total estimado de 107.712,45 € (cento e sete mil setecentos e doze euros e quarenta e cinco cêntimos), a executar ao longo de um período de três anos;

Considerando que 30% desse valor corresponde a 32.313,74 € (trinta e dois mil trezentos e treze euros e setenta e quatro cêntimos), tendo de ser assegurado por investidor(es) social(ais);

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aceder ao pedido de apoio formulado, assumindo-se como investidor social do projeto proposto pela Cercicaper, cofinanciando o projeto até ao montante máximo de 32.313,74 € (trinta



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

e dois mil trezentos e treze euros e setenta e quatro cêntimos), em três anos, de acordo com o calendário de financiamento proposto, sem prejuízo da requerente procurar encontrar outros investidores sociais, permitindo, deste modo, aumentar o grau de envolvimento da comunidade no projeto e reduzir os encargos que o Município ora se propõe assumir.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere aprovar a subscrição da Carta de Compromisso de Investimento Social, documento obrigatório na instrução da candidatura, esclarecendo que quanto ao cofinanciamento o Município se compromete a incluir nas Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal o valor necessário para o efeito, na condição da candidatura ser aprovada, efetivando então o cofinanciamento caso o projeto cumpra o plano de atividades proposto.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

14. CANDIDATURAS AO PROGRAMA PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL PARA REVITALIZAÇÃO DO PINHAL INTERIOR – APOIO/COLABORAÇÃO

Presente e-mail remetido pela Associação CAuSA – Unidos por uma casa, em 18/02/2019, solicitando a participação do Município, como parceiro, na qualidade de investidor social, assumindo o pagamento do montante de 3.000,00 € (três mil euros), no âmbito da candidatura que pretende submeter ao AVISO Nº POISE- 39-2019-01 - Programa de Parcerias para o Impacto, apoiado pelo Portugal Inovação Social, com o projeto “Anexo Agrícola”.

Considerando o projeto nasceu na sequência dos grandes incêndios de 2017 e visa apoiar os agricultores de subsistência;

Considerando que a solução apresentada se centra na construção de um anexo agrícola e de uma horta para cada agricultor, tendo uma vertente marcadamente ecológica, uma vez que os anexos serão construídos, sempre que possível, com o reaproveitamento de madeira ardida e com a utilização de técnicas de construção tracionais, respeitando a cultura local e combatendo a poluição da paisagem;

Considerando que a execução dos anexos será efetuada, preferencialmente, com recurso à mão de obra local e que a implementação do projeto na sua globalidade contará com várias parcerias como, por exemplo, a Semente e a Raíz, que se encontram já estabelecidas no território;

Considerando a mais-valia do projeto na resposta a problemas atuais e concretos do Pinhal Interior;

Considerando as competências conferidas ao Município no âmbito da ação social e da promoção do desenvolvimento;

Considerando que para instruir devidamente a candidatura ao Aviso em causa a Associação necessita de investidores sociais que assegurem 30% do valor global do projeto;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aceder ao pedido de apoio formulado, assumindo-se como investidor social do projeto proposto pela Associação CAuSA, cofinanciando o projeto até ao montante máximo de 3.000,00 € (três mil euros), em três anos, de acordo com o calendário de financiamento proposto.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere aprovar a subscrição da Carta de Compromisso de Investimento Social, documento obrigatório na instrução



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

da candidatura, esclarecendo que quanto ao cofinanciamento o Município se compromete a incluir nas Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal o valor necessário para o efeito, na condição da candidatura ser aprovada, efetivando então o cofinanciamento caso o projeto cumpra o plano de atividades proposto.

DISCUSSÃO:

Relativamente a este projeto, o Sr. Vereador António Henriques referiu que concorda com o que o Executivo propõe, desde que tenham um objetivo no horizonte bem definido e que permita que o Concelho ganhe com isso.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes complementou a intervenção anterior, dizendo que estas ajudas deverão ser protocoladas e aí o Município deve incluir um artigo que preveja que em caso de não execução cabal do plano de atividades se recupere o dinheiro.

Não se registando mais intervenções, a Sra Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

15. CANDIDATURAS AO PROGRAMA PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL PARA REVITALIZAÇÃO DO PINHAL INTERIOR – APOIO/COLABORAÇÃO

Em 18/02/2019, a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera remeteu e-mail contendo documentos relativos a um projeto intermunicipal denominado “Elos com Futuro”, que as Santas Casas da Misericórdia de Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos, pretendem submeter ao AVISO Nº POISE- 39-2019-01 - Programa de Parcerias para o Impacto, apoiado pelo Portugal Inovação Social, assumindo aquela última o papel de entidade coordenadora.

A Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera solicita também a participação do Município, como parceiro, na qualidade de investidor social, assumindo o pagamento até ao montante de 33.837,97€ (trinta e três mil oitocentos e trinta e sete euros e noventa e sete cêntimos), no âmbito da aludida candidatura.

O projeto em causa tem como temática principal o Luto, e pretende levar a efeito uma série de ações com vista a:

- Divulgar a temática do Luto e o seu caráter sadio junto das populações;
- Apoiar o Luto de defilhados, viúvos e enlutados com outros tipos de perda pessoal profunda, através de Sessões Individuais e Grupos de Partilha moderados por Conselheiros do Luto;
- Capacitar pessoas em luto experiente e colaboradores das instituições parceiras para o Apoio ao Luto, de modo a enraizar nas comunidades este tipo de ação comunitária para além do período de duração do projeto;
- Intervir no Luto de pessoas com vivência psicopatológica da perda pessoal profunda através de terapias adequadas, se tal vier a justificar-se;

Considerando que o projeto nasceu na sequência dos grandes incêndios de junho 2017 e o luto que lhes sobreveio, nas mais diversas vertentes, junto das comunidades de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande,



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

pretendendo promover uma ação concertada de apoio ao luto e capacitação para o apoio ao luto nas referidas três comunidades;

Considerando a mais-valia do projeto na resposta a problemas atuais e concretos do Pinhal Interior;

Considerando as competências conferidas ao Município no âmbito da ação social e da promoção do desenvolvimento;

Considerando que para instruir devidamente a candidatura ao Aviso em causa as proponentes necessitam de investidores sociais que assegurem 30% do valor global do projeto;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aceder ao pedido de apoio formulado, assumindo-se como investidor social do projeto proposto, cofinanciando-o até ao montante máximo de 33.837,97€ (trinta e três mil oitocentos e trinta e sete euros e noventa e sete cêntimos), em três anos, de acordo com o calendário de financiamento proposto, sem prejuízo da requerente procurar encontrar outros investidores sociais, permitindo, deste modo, aumentar o grau de envolvimento da comunidade no projeto e reduzir os encargos que o Município ora se propõe assumir.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere aprovar a subscrição da Carta de Compromisso de Investimento Social, documento obrigatório na instrução da candidatura, esclarecendo que quanto ao cofinanciamento o Município se compromete a incluir nas Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal o valor necessário para o efeito, na condição da candidatura ser aprovada, efetivando então o cofinanciamento caso o projeto cumpra o plano de atividades proposto.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

16. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 19 de fevereiro de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal, era nesse dia de 2.607.901,66 € (dois milhões seiscentos e sete mil novecentos e um euros e sessenta e seis cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.581.708,80 € (dois milhões quinhentos e oitenta e um mil setecentos e oito euros e oitenta cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 26.192,86 € (vinte e seis mil cento e noventa e dois euros e oitenta e seis cêntimos). Os movimentos de Tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.618.044,96 € (dois milhões seiscentos e dezoito mil quarenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 07/02/2019 e 19/02/2019, registados sob os números 149 a 178; 180 e 181 e 183 a 195, no valor total de 92.298,68 € (noventa e dois mil duzentos e noventa e oito euros e sessenta e oito cêntimos), respeitantes a Despesas Orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

18. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2019

Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, delibere aprovar a 4.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 7.000,00 € (sete mil euros), por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

19. 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019

Ao abrigo do ponto 8.3.2.2 do Decreto – Lei n.º. 54-A/99, de 22 de fevereiro e alínea c), do n.º 1 do artigo 33º do anexo I da Lei n.º. 75/2013 de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano / Plano Plurianual de Investimentos 2019 por inclusão dos projetos 03 331 2019 3 a 03 331 2019 10 2, no valor total de 160,00€, conforme listagem anexa.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere submeter a presente Revisão à Assembleia Municipal nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

20. 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2019

Ao abrigo da alínea a) da nota 8.3.1.2 do Decreto – Lei n.º. 54-A/99, de 22 de fevereiro e alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa no valor de 160,00 € (cento e sessenta euros) por reforço e anulação.

Mais se propõe nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, submeter a presente Revisão à Assembleia Municipal para os efeitos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I do mesmo diploma legal.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

21. PLATAFORMA SIGA – RESTITUIÇÃO DE RECEITA PROVENIENTE DE PAGAMENTOS PT PAY (MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO)

Através de e-mail de 19/02/2019, a EDUBOX veio informar que efetuou erradamente a configuração dos retornos de pagamentos do Município de Cabeceiras de Basto, no sistema da PTPAY do Município de Castanheira de Pera tendo, por esse facto, sido recebidos na conta do Município, 29 pagamentos, que correspondem a um valor total de 818,81€ (oitocentos e dezoito euros e oitenta e um cêntimos) aos quais a empresa PTPAY cobrará taxas de operação num total de 13,96€ (treze euros e noventa e seis cêntimos), valor esse que a Edubox assumirá na íntegra, efetuando o seu pagamento junto da entidade responsável.

No indicado e-mail, veio ainda a requerente solicitar apoio na resolução do problema exposto, propondo a transferência de verbas entre as Wallet's das duas entidades - de Castanheira de Pera para Cabeceiras de Basto, e no que concerne



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

ao valor das taxas de operação, requer a faturação por parte do Município de Castanheira de Pera à Edubox.

Considerando que se tratou de um manifesto lapso cuja resolução não acarreta encargos para o Município, propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido, devendo a parte dos movimentos contabilísticos e dos meios necessários para o efeito, serem acertados entre os serviços competentes de ambas as entidades.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

22. PEDIDOS DE CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE RUÍNA DE IMÓVEIS

Ponto retirado da ordem do dia.

23. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – APRECIACÃO DE REQUERIMENTOS

Presente Parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referente ao requerimento/processo sob o número de ordem SV6 apresentado no âmbito do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o referido pedido/processo, melhor identificado no respetivo parecer do Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo supra indicado, nos termos e com os fundamentos constantes do mesmo, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

24. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – APRECIACÃO DE REQUERIMENTOS

Presente Parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referente ao requerimento/processo sob o número de ordem CF1 apresentado no âmbito do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o referido pedido/processo, melhor identificado no respetivo parecer do Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo supra indicado, nos termos e com os fundamentos constantes do mesmo, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 4/2019

Reunião Ordinária de 21 de fevereiro de 2019

25. EMPREITADA “REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA)/INCÊNDIOS 2017” – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DE ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Presente o Despacho proferido pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal em 20 de fevereiro de 2019, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, determinando a anulação do procedimento de concurso público de “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) /Incêndio 2017”.

Propõe-se que, considerados verificados os pressupostos do preceito legal suprarreferido, a Câmara delibere ratificar o mencionado despacho, cujo cópia se anexa à presente deliberação e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.

DISCUSSÃO:

Em posse da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, questionou qual o motivo da anulação do procedimento, tendo a Sra. Presidente informado que o que obrigou à anulação foi um erro de cálculos verificado no projeto de candidatura.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

26. PROJETOS DE EXECUÇÃO NO ÂMBITO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS.

Ponto retirado da ordem do dia.

27. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram vinte e uma horas e trinta e dois minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____